

Governo lança para o despedimento 650 ex-trabalhadores do BPN

2 de Julho, 2012 - 11:28h

O Governo já decidiu: a partir do final deste ano o Estado não terá qualquer encargo com os trabalhadores que herdou do BPN e que não transitaram para o Banco BIC. Haverá rescisões amigáveis e despedimentos coletivos ou serão vendidas, ou liquidadas, as unidades nas quais esses trabalhadores estão incluídos (por exemplo, o Efisa).

Segundo adianta o Diário Económico, a partir do final deste ano o Estado não terá qualquer encargo com os trabalhadores que herdou do BPN e que não transitaram para o Banco BIC. Assim decidiu o Governo, optando por rescisões amigáveis e despedimentos coletivos. A Parvalorem será palco de um despedimento coletivo, por exemplo, e as estantes empresas ou são vendidas ou serão liquidadas no prazo de seis meses.

Assim, no final de 2012, os cerca de 650 trabalhadores vindos do BPN para os veículos ou passam para o privado ou perdem o emprego.

O Diário Económico avança que esta estratégia terá já sido comunicada à gestão demissionária dos veículos que agrupam os ativos do BPN que não foram vendidos ao BIC. Também as comissões de trabalhadores de algumas unidades já têm conhecimento, após reuniões com a Secretária de Estado do Tesouro, Maria Luís Albuquerque, que tem dirigido todo o processo relativo ao BPN.

O processo de despedimento mais imediato começará na Parvalorem, que detém créditos que pertenciam ao BPN e que não transitaram para o BIC. Aqui, "logo que possível e no mais curto espaço de tempo, será encetado, pela nova administração, um processo de redução dos quadros de pessoal, por via de rescisões por mútuo acordo", segundo um comunicado enviado pela comissão de trabalhadores da Parvalorem.

O documento, citado pelo Económico, elaborado após uma reunião com Maria Luís Albuquerque realizada na semana passada, acrescenta que "neste âmbito, foi-nos informado que o quadro de rescisões a apresentar irá contemplar as mesmas condições aplicáveis a um processo de despedimento coletivo". No parágrafo seguinte, surge a confirmação de que "posteriormente ocorrerá um processo de despedimento coletivo".

A Parvalorem tem atualmente entre 350 e 400 funcionários, a maior parte da herança, em termos de pessoal, recebida pelo Estado, vinda do BPN. O novo modelo de gestão a implementar no curto prazo, irá reduzir fortemente as necessidades de pessoal, de tal modo que poderá vir a ficar com apenas 10 por cento da atual força de trabalho.

Já a Parups, veículo que agrupa património imobiliário, não terá praticamente funcionários próprios. A Parparticipadas terá, no total das suas empresas, cerca de 300 pessoas, a maior parte delas no BPN Crédito. Este veículo inclui empresas que foram nacionalizadas junto com o BPN mas que, na privatização, não passaram para o BIC. É o caso do Banco Efisa, do BPN Imofundos ou da Real Vida Seguros.

Nestas empresas, não está em curso um corte de pessoal, mas o destino dos funcionários só não será o desemprego se, antes do final do ano, as entidades sejam vendidas.

No que toca ao BPN Crédito, Maria Luís Albuquerque terá comunicado aos funcionários que desconhecia qualquer proposta para a compra da empresa, o que contraria notícias recentes e as próprias afirmações dos até aqui administradores dos veículos que anunciam intenções de compra dos veículos por parte de capitais estrangeiros.

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)
- [Ficha Técnica](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/governo-lan%C3%A7a-para-o-despedimento-650-ex-trabalhadores-do-bpn/23771>